



DA EMANCIPAÇÃO E DA AUTONOMIA: EMBATES ATUAIS EM TORNO DA RAZÃO E DA PULSÃO

OF EMANCIPATION AND AUTONOMY: CURRENT CLASHES CONCERNING REASON AND DRIVE

ARTIGO

Mériti de Souzaⁱ

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

E-mail: meritisouza@yahoo.com.br

Diana Carvalho de Carvalho

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

E-mail: dianacc@terra.com.br

RESUMO

Neste artigo problematizamos a proposta da emancipação e a concepção da autonomia nas suas proximidades e distanciamentos com as teorias do marxismo e da psicanálise. Mesmo considerando as contradições e divergências entre essas teorias, defendemos que o entrelace entre elas possibilita trabalhar, entre outros aspectos, com concepções sobre a subjetividade ancoradas na consciência e no inconsciente, o que pode viabilizar estratégias pedagógicas passíveis de estimularem a autonomia dos sujeitos e, porventura, estimularem a proposta da emancipação social. Apresentamos autores contemporâneos que estabelecem o diálogo entre essas perspectivas teóricas no terreno político e, também, no processo de formação humana, a saber: Marcuse, Castoriadis e pensadores da Escola de Frankfurt. Um foco especial é dado às condições que o processo de Educação deve oferecer para uma formação que possa manter a proposta da emancipação. Concluímos que não será exclusivamente a consciência cognitiva e racional, nem exclusivamente o inconsciente e a pulsão, que possibilitarão a transformação social, mas o trabalho constante e contínuo junto à essas duas instâncias subjetivas.

Descritores: emancipação; autonomia; educação; marxismo; psicanálise.

ABSTRACT

In this paper we problematize the proposal of emancipation and the concept of autonomy in their closeness and distancing with the theories of Marxism and psychoanalysis. Even considering the contradictions and divergences between them, we claim that their interlace allows working, among other aspects, with concepts on the subjectivity anchored in the conscience and the unconscious. This may enable pedagogical strategies likely to stimulate the autonomy of subjects and, perhaps, foster the proposal of social emancipation. We introduce contemporary authors who establish a dialogue between these theoretical perspectives in the political ground, as well as in the process of human formation, namely: Marcuse, Castoriadis and thinkers from the Frankfurt School. It is especially focused the conditions the Education process must provide for a training that can keep the emancipation proposal. We conclude that it will not be the cognitive and rational conscience only, nor the unconscious and the drive only that will allow social transformation, but rather the consistent and continuous work by these two subjective instances.

Descriptors: emancipation; autonomy; education; Marxism; psychoanalysis.

Editor deste número da RECS:

Dr. Lucio Jose Dutra Lord

Universidade do Estado de Mato Grosso

1 INTRODUÇÃO

Duas grandes correntes do pensamento contemporâneo continuam a instigar, preocupar e oferecer sentido à vida e à obra de inúmeros pesquisadores, profissionais e pensadores voltados à compreensão e à transformação da qualidade de vida dos seres humanos: o marxismo e a psicanálise.

Interessante constatar a convergência de propósitos, pelo menos no plano geral, expressa nas obras dos dois grandes iniciadores dessas áreas de conhecimento, apesar da distância metodológica e de concepção de sujeito entre elas. Sigmund Freud objetivava deslindar o inconsciente, possibilitando ao humano o conhecimento sobre sua psiquê e sobre os conteúdos que o mobilizam para além da consciência. Para tanto, o autor sistematizou uma teoria e uma prática clínica que possibilitariam o afloramento dos conteúdos tornados inconscientes via o mecanismo da repressão. De forma específica, a técnica psicanalítica trabalha com as livres associações produzidas pelas pessoas e é trabalho do analista interpretar o discurso produzido, o que viabilizaria uma reorganização psíquica.

Em outras palavras, a proposta da psicanálise freudiana visa possibilitar ao ser humano a reelaboração da narrativa sobre sua trajetória e sobre si mesmo a partir do acesso aos conteúdos inconscientes. Esse movimento deveria ou poderia viabilizar a sua “emancipação emocional” em relação ao trabalho com a realidade.

Para Karl Marx a preocupação consistia em deslindar os mecanismos que possibilitam que alguns homens detenham o poder econômico, político e social, concomitante ao fato de explorarem a maioria das pessoas ao longo da história. Em outras palavras, o autor buscava compreender porque uma ampla maioria de homens explorados não adquire consciência da sua condição de sujeitos da história.

Na trilha dessas preocupações, Marx trabalha principalmente com a consciência humana, buscando compreender como os explorados representam e concebem a realidade, sujeitando-se à condição de oprimidos. A proposta marxista busca a emancipação política e econômica do ser humano a partir da sua condição classista. Ele buscava compreender quais mecanismos poderiam favorecer à tomada de consciência por parte da maioria explorada e quais as possibilidades de transformação dessa situação de exploração de uma camada da população sobre a outra.

Como vemos, tanto Freud (1919/1977; 1926/1977; 1930/ 1977) quanto Marx (1859/2000) e Marx e Engels (1846/1979; 1845-46/2007), via métodos e teorias diversas, objetivavam a autonomia do ser humano frente à realidade, por meio da compreensão da sua condição de sujeito da história, bem como, da sua capacidade de conhecer os limites da sua consciência e de incluir o inconsciente.

Essa questão inquieta-nos sobremaneira, pois nunca duas áreas de conhecimento foram consideradas tão antagônicas por alguns e, ao mesmo tempo, tão complementares, por outros. Entendemos que fazemos parte desse segundo grupo de pesquisadores, pois acreditamos na possibilidade e na necessidade dessa complementação. Assim, acreditamos na possibilidade do ser humano constituir-se como sujeito efetivo da história e da sua trajetória pessoal, considerando a sua compreensão da dinâmica histórica universal e da sua dinâmica singular, ou seja, considerando a sua implicação consciente e a mobilização dos conteúdos inconscientes. Em outras palavras, é necessário o conhecimento por parte do sujeito dos conteúdos histórico-sociais que geram e mantêm a desigualdade social e o modo de produção capitalista, concomitante ao conhecimento dos conteúdos inconscientes que o mobilizam na sua trajetória singular.

Importante salientar que entendemos a autonomia como atributo humano possível de ser alcançado. No sentido geral, podemos localizar a autonomia definida como um atributo do ser humano que lhe possibilita administrar e, principalmente, decidir sobre sua vida, utilizando sua capacidade analítica e recorrendo à razão e a vontade para agir sobre a realidade (ABBAGNANO, 2007). Acompanhando a perspectiva da história ocidental moderna, Kant (2002) elabora a clássica concepção do sujeito autônomo como aquele capaz de construir e agir segundo suas próprias normas, apesar de reconhecer as normas coletivas. Assim, para esse autor a concepção da autonomia faz o elo entre a liberdade e a moral, pois, por um lado, o sujeito reconhece a norma externa, associada a moral e, por outro, reconhece sua norma interna, associada a liberdade e a vontade.

Um ponto importante no debate sobre a autonomia diz respeito à concepção que a associa à vontade e a liberdade. Ou seja, a afirmação da consciência do ser humano como mola propulsora da emancipação, no caso singular e coletiva, demanda analisarmos que consciência implica vontade e vice-versa. Entendemos que a concepção de vontade (aspirações, motivos) se associa a um plano consciente perceptivo do ser humano (com o que concordamos); entretanto, essa concepção não trabalha com os aspectos inconscientes presentes na subjetividade e que atuam de forma decisiva e ininterrupta na sua construção e elaboração.

Entendemos a autonomia no sentido da condição subjetiva e cognoscente que habilita o humano à ação política e ao desejo de transformação social com a meta de igualdade social para todos. Também entendemos que a concepção de sujeito autônomo subjaz à proposta da emancipação social, considerando que essa emancipação diz respeito à possibilidade de que o homem possa conhecer e administrar seu próprio mundo, no sentido singular, e o mundo da rede social e econômica, no sentido coletivo.

Considerando o imperativo da atualidade das teorias da psicanálise e do marxismo e suas implicações para a compreensão do cenário contemporâneo, interessa neste trabalho problematizar a possibilidade da autonomia e da emancipação humanas, considerando o aporte de alguns parâmetros postos nessas teorias. Em termos metodológicos, recorreremos à abordagem qualitativa e bibliográfica para a realização das análises das obras dos autores selecionados, bem como recorreremos aos aportes teóricos desses autores para analisar as questões postas em foco. Assim, de forma específica, interessa analisar as possibilidades da autonomia e emancipação humana conforme o entrelace das leituras de Karl Marx e Sigmund Freud com base nas posições de autores que consideram esse entrelace, no caso, Herbert Marcuse e Cornelius Castoriadis. Por fim, importa trazer essa análise à cena educacional, questionando a concepção da autonomia no terreno da Educação, considerando especificamente seu imbricamento com a proposta da emancipação conforme discutida por pesquisadores da Teoria Crítica da Sociedade.

2 REFERÊNCIAS MARXISTA E PSICANALÍTICA SOBRE A EMANCIPAÇÃO SOCIAL E A AUTONOMIA: LEITURAS DE MARCUSE E CASTORIADIS

Sabemos que Karl Marx deslindou alguns aspectos dos mecanismos que levam os explorados a representarem a realidade a partir da concepção dos seus exploradores e, assim, conscientemente assumirem essa concepção, não vislumbrando alternativas à sua condição histórico-social. Marx, notadamente na *Ideologia Alemã* (1845-46/2007) juntamente com Engels, desvenda um desses mecanismos: a ideologia, demonstrando como ela se articula e atua a nível consciente junto às classes dominantes e dominadas.

Ainda, na própria *Ideologia Alemã*, os autores apontam à possibilidade de que as classes dominadas tomem consciência de sua condição com base na compreensão, por parte de cada sujeito explorado, da sua inserção em uma classe social específica (classe dominada) e que esta classe unida apresentaria condições históricas para realizar sua própria emancipação. Ou seja, Marx e Engels elaboram a questão da consciência de classe.

Entretanto, Marx trabalha no plano histórico e econômico elaborando uma leitura da realidade a partir dos conceitos de classe, consciência social, ideologia, alienação; dentre outros. Esses conceitos lidam com referências grupais e universais, ao referir-se ao que denomina de sujeito social. Infelizmente, o autor trabalha exclusivamente com aspectos da consciência do ser humano, bem como não trabalha com aspectos afetivos. Como qualquer autor, Marx é homem da sua época e não pedimos que ele tenha ido além do trabalho imenso que realizou; porém, na atualidade, sabemos da importância de incorporarmos às suas análises aspectos como a vida subjetiva e inconsciente e o quanto o conhecimento da vida psíquica é indispensável à sua proposta revolucionária.

Alguns anos mais tarde, Freud supriu essa lacuna demonstrando o quanto o conhecimento do aparelho mental é imprescindível à tentativa de transformação das pessoas, pois tal processo vai além da consciência ou dos aspectos percebidos conscientemente pelo ser humano. Em outras palavras, a mudança abarca o inconsciente e o autor demonstrou a complexidade do comportamento humano preso no emaranhado afetivo-emocional cultivado ao longo da história de vida de cada ser humano; que a repressão externa (exercida pelas autoridades constituídas, desde o Estado até a figura paterna) é pálida e fraca perante a repressão internalizada – o pior algoz é muitas vezes o próprio libertador. Ele demonstra, ainda,

os mecanismos presentes e atuantes na subjetividade que levam a identificação do oprimido com o opressor e impressiona ao apontar a densidade do sofrimento psíquico, chocando com a fragilidade da consciência frente ao inconsciente.

Infelizmente, também Freud (e seria, também, pedir demais a um só homem) perde a perspectiva crítica da dimensão histórico-social na elaboração da sua teoria, realizando uma série de interpretações da sociedade vitoriana como universais e naturais. Como exemplo, citamos a tese do Complexo de Édipo como referência universal envolvendo a família patriarcal e a tese da necessidade da repressão para a existência da cultura.

As consequências das descobertas freudianas frente às concepções marxistas são facilmente visualizadas, pois foram drasticamente ilustradas no decorrer da história das revoluções e na busca do socialismo: os mais aguerridos militantes, conscientemente identificados com a causa da emancipação do ser humano, funcionavam muitas vezes como ditadores patriarcais, retaliando a aspiração divergente de muitos opositores em nome da suposta certeza e da justeza das suas convicções.

Queremos explicitar e acreditamos, pelo menos ao nível consciente, que não somos ingênuos o suficiente para imputarmos as atrocidades práticas e teóricas cometidas em nome das mais diversas propostas políticas única e exclusivamente a causas inconscientes não elaboradas. Em outras palavras, não pretendemos realizar a apologia do inconsciente e nem a apologia da consciência. Inúmeros pensadores contemporâneos como Marcuse (1969; 1978) e Castoriadis (1982; 2007) demonstraram a necessidade e a fertilidade do diálogo entre essas duas correntes teórico-metodológicas e da busca de compreensão do potencial revolucionário e reacionário presente em cada ser humano.

No livro *Eros e Civilização* (1968), Marcuse levanta a tese de que Freud identifica civilização com repressão, mas que a própria teoria freudiana refuta essa identificação. Ainda, afirma que as realizações da sociedade industrial (civilização repressiva) criam condições para a abolição dessa repressão. Em outras palavras, Marcuse realiza uma crítica à teoria freudiana de cultura, afirmando que a própria teoria abre brechas à sua contestação a partir da afirmação de Freud de que podemos considerar que a história do homem se associa a história da sua repressão. Assim, Marcuse afirma que Freud defende e critica a civilização ocidental com essa frase, pois a cultura oprime a existência social e biológica.

Segundo Freud, a civilização começa quando o homem abandona o seu objetivo de satisfação integral e imediata das suas necessidades e os instintos biológicos se convertem em impulsos humanos sob a influência da realidade externa. Inicialmente, na história da humanidade o homem exclusivamente biológico buscava o prazer, a atividade lúdica, a satisfação imediata das suas necessidades: o princípio do prazer governava a vida do homem. Com o desenvolvimento histórico-cultural, o homem compreende que necessita adiar o prazer imediato em função da sua segurança (trabalho) e, ao privilegiar o princípio da realidade, ele modifica o princípio do prazer, mas não o nega. A partir desse momento histórico, constitui-se o ser humano que consegue postergar sua satisfação e restringir seu prazer, canalizando suas energias para o esforço do trabalho; para a produtividade e para a busca de segurança. Temos agora o princípio da realidade governando.

Marcuse refuta a teoria freudiana da civilização, argumentando que o princípio da realidade modifica não só a forma e o tempo fixado para o princípio do prazer, mas modifica a substância desse princípio. Ainda, a capacidade humana de alterar a realidade (obtida através da predominância do princípio da realidade) perde o seu valor, pois tanto o desejo quanto a alteração da realidade deixam de pertencer ao homem e passam a ser organizados pela sociedade. Essa organização reprime e transubstancia as necessidades instintivas originais do ser humano.

Entretanto, as necessidades instintivas originais continuam presentes no psiquismo humano e lutam pela sua satisfação. O próprio Freud reconhecia esse aspecto ao apontar que o princípio da realidade deve ser continuamente restabelecido via mecanismos de defesa (repressão, introjeção, dentre outros), pois o princípio do prazer continua existindo na civilização e no inconsciente das pessoas.

As afirmações acima levam-nos a ressaltar a necessidade de apostar na premissa de tornar consciente o inconsciente como uma das possibilidades de trazer à tona o caráter emancipador presente no ser humano; caráter esse transformado, travestido e deturpado pela repressão (interna e externa) com a criação de novas necessidades ligadas à manutenção da sociedade industrial.

O “retorno do reprimido” na história é uma noção freudiana segundo a qual o indivíduo

reexperimenta e reinterpreta os grandes eventos traumáticos no desenvolvimento da espécie humana. Para Marcuse, a psicologia de Freud é social, pois o “retorno do reprimido” compõe a história proibida da civilização, isto é, a repressão é um fenômeno histórico.

As histórias da repressão no plano psíquico e da luta contra a repressão na história coletiva humana acabam por assumir dinâmicas próximas, pois a repressão externa é apoiada na interna e vice-versa. Ou seja, aquele que se encontra escravizado no plano subjetivo introjeta seus senhores no aparelho mental e, após cada revolta (coletiva ou singular), surge o sentimento de culpa, a auto repressão, que possibilitam a origem de novas formas de dominação. Como vemos, essa pode ser uma das tentativas de compreensão do fracasso de várias empreitadas emancipatórias e revolucionárias; fracasso tanto no sentido da perda por parte dos grupos revolucionários, quanto no sentido de tomada do poder por esses grupos, com a instauração de um outro regime autoritário e centralizador do poder.

Para a psicanálise freudiana, o sentimento de culpa originário no complexo de Édipo e o assassinato do pai primevo atuam na estrutura psíquica. Ao insurgir-se contra a ordem social que ocupa a função paterna e lhe promete prover segurança e continuidade da espécie, apesar de exigir-lhe a sublimação, o sujeito sente que está a repetir o assassinato do pai, extirpando a ordem benéfica que garante a sobrevivência humana. Importante lembrar que, por mais que a promessa da ordem social não seja cumprida, a promessa ainda continua a ser disseminada nos discursos sociais e a ser reconhecida pela maioria das pessoas.

Não obstante, Marcuse contrapõe-se a essa assertiva, indicando que atualmente os malefícios da sociedade contemporânea são tantos que ultrapassam os benefícios advindos do progresso. O autor descortina a possibilidade de uma sociedade que supra a necessidade das pessoas, que produza cultura sem utilizar-se da repressão e da sublimação, levantando a hipótese do que ele denomina de sublimação não-repressiva à medida que as pessoas consigam erotizar o seu corpo e a sociedade; à medida que não só o ato sexual seja erótico, mas também o trabalho, o lazer, a vida como um todo; enfim, que seja possível o encontro entre razão (consciência) e pulsão (inconsciente), concretizando a razão sensual e a sensualidade da razão. Como vemos, Marcuse elabora uma proposta acerca da felicidade humana, da emancipação do ser humano, da conquista da condição de sujeito histórico a partir da revolução social e da transformação da consciência e do inconsciente. Dessa forma, é possível perceber como o autor utiliza-se do marxismo e da psicanálise como instrumentos teórico-práticos imprescindíveis à prática da emancipação humana.

Outro autor que trabalha nessa perspectiva partindo, entretanto, da crítica ao marxismo é Cornelius Castoriadis (1982; 2007). O autor elabora uma proposta com relação à autonomia e ao objetivo psicanalítico de tornar consciente o inconsciente. Ele acompanha Freud quando este propunha que: “Onde era o id, será o ego” (*Wo es war, soll ich werden*)” (1982, p. 122). Ego, ou como se grafa hoje, o Eu, aqui, de uma forma geral, pode ser entendido como o consciente em geral. O id, ou o isso como se grafa hoje, de uma forma geral representa o inconsciente. Ego e consciência devem tomar o lugar das forças pulsionais e inconscientes que “em mim dominam e agem por mim”.

Associamos a possibilidade de emancipação do sujeito frente as suas repressões e nós afetivos e ideológicos, bem como frente as suas condições histórico-social, à proposta de autonomia, conforme postulada por Castoriadis (1982; 2007). Vamos transcrever abaixo o que consideramos o ponto central da obra do autor:

Essas forças não são simplesmente – voltaremos a isso mais adiante – a pura pulsão; libido, ou pulsão de morte; são sua interminável, fantasiosa e fantástica alquimia, são também, e sobretudo, as forças de formação e de repressão inconscientes, o superego e o eu inconsciente. Uma interpretação da frase torna-se necessária: o Eu deve tomar o lugar do Id – isso não significa nem a supressão das pulsões, nem a eliminação ou reabsorção do inconsciente. Trata-se de tomar seu lugar na qualidade de instância de decisão.

A autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente. Sem prejuízo da nova dimensão em profundidade conforme revelada por Freud, este é o programa da reflexão filosófica sobre o sujeito há vinte e cinco séculos, o pressuposto e, ao mesmo tempo, o resultado da ética tal como a pensaram Platão ou os estóicos, Spinoza ou Kant. É em si de uma imensa importância, porém não para esta discussão, que Freud proponha uma via eficaz para atingir o que permaneceu para os filósofos um ideal acessível em função de um saber abstrato.

Se à autonomia, a legislação ou a regulação por si mesmo opomos a heteronomia, a legislação ou a regulação pelo outro, a autonomia é minha lei oposta à regulação pelo inconsciente que é uma lei outra, a lei de outro que não eu (CASTORIADIS, 1982, p. 123 e 124).

Observamos que ele define a concepção de sujeito autônomo e, posteriormente, de uma sociedade autônoma ou, no seu dizer, uma sociedade não alienada. Pinçamos os parágrafos acima da obra do autor, dado nosso objetivo de trabalho relacionar-se à sua proposta central de que a possibilidade de tornar consciente o inconsciente contribuiria com a construção da autonomia.

A leitura sobre autonomia tanto pode se reportar a aspectos singulares, quanto aos aspectos sociais coletivos. Entretanto, nossa preocupação recai justamente nesse ponto: da necessidade e, porque não dizer, da urgência de pensarmos a autonomia do sujeito singular concomitante à autonomia do sujeito coletivo, isto é do sujeito histórico.

Castoriadis aposta na atividade do pensar como fundamental ao exercício da autonomia, como vemos a seguir:

A liberdade é criada na e pela atividade de pensamento [...] Pensar não é um deixar ser, mas uma atividade que nada tem a ver com a vontade de domínio, ao contrário até, porque o que se coloca em jogo aqui é a vontade de reconhecimento [...] e essa vontade de reconhecimento é uma vontade de não deixar ser, simplesmente, isto é, de não se deixar levar. Pensar exige querer verdadeiramente pensar verdadeiramente, e querer pensar a verdade, ou seja, afastar todas as representações que, precisamente, se revelam insatisfatórias para o exercício dessa atividade propriamente, logo, afastar as representações simplesmente dadas ou que afluem na corrente inesgotável da imaginação (CASTORIADIS, 2007, p. 328).

Concordamos com esse aspecto apontado pelo autor. Pensar é fundamental no trabalho da autonomia. Assim, perguntamos quais instituições apostam no exercício de estimular e valorizar o trabalho do pensamento. Entendemos que, no plano social contemporâneo, inúmeras instituições envolveram-se na tarefa de promover autonomia; porém, a autonomia associada ao ato de pensar encontra-se vinculada sobremaneira à Educação em geral, e à instituição escola, em particular. Essa instituição é a mais conhecida em decorrência da sua proposta, desde o início de sua constituição, de promover a cidadania, a construção do sujeito autônomo e o exercício do pensamento crítico (CAMBI, 1999). Uma aposta que, na verdade, encontrou grandes dificuldades para se concretizar ao longo dos tempos, como evidencia Charlot (1983), considerando que as tradicionais teorias pedagógicas têm trabalhado com a ideia de uma natureza humana idealizada, o que significa a negação da dimensão histórico social do homem e do papel transformador da Educação. Em outras palavras, o discurso pedagógico acaba, muitas vezes, por disfarçar a desigualdade social em desigualdade natural e cultural, assumindo uma posição ideológica, da forma entendida por Marx.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - apontou que, em 2018, ocorreu um aumento na concentração de renda no Brasil. Assim, “Os dados mostram que o rendimento mensal dos 1% mais ricos do país é quase 34 vezes maior do que o rendimento da metade mais pobre da população” (Politize, 2020). Na sociedade contemporânea, é atribuída à Educação a potencialidade para reverter esse quadro de extrema desigualdade; sua potencialidade residiria em oferecer e ampliar a capacidade cognitiva e emocional das pessoas para compreender a situação de desigualdade social e suas relações com o contexto cultural, econômico e social no qual as pessoas encontram-se inseridas. Assim, conhecer e combater a desigualdade social demanda pessoas com condições de autonomia cognitiva e subjetiva, capazes de conhecer e de analisar os diversos contextos que contribuem para a sustentação dessa desigualdade.

Tal constatação implica questionar: qual Educação garantiria a autonomia e a emancipação? Essa é uma das perguntas que têm orientado as reflexões e o debate de vários

pensadores e pesquisadores ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Seguindo o argumento desenvolvido ao longo do texto, vamos centrar a discussão nos pensadores vinculados à Escola de Frankfurt, perspectiva teórica que dialoga com o Marxismo e a Psicanálise. Apresentamos, a seguir, algumas reflexões de pesquisadores que discutem os desafios da Educação para emancipação e autonomia com base nesse diálogo.

Pucci (1994) aponta alguns elementos que permitem vislumbrar contribuições da Teoria Crítica para a Educação, com base principalmente nas produções de Adorno e Horkheimer. O primeiro desses elementos seria **a função educativa do refletir**; que significaria a busca da autonomia, do uso da razão pelo homem no sentido de superar a dimensão do privado, do doméstico, das normas e imposições. O segundo aspecto seria **o resgate da formação cultural como postulado pedagógico da emancipação**, pois, segundo o autor, “a cultura deixou embotar sua dimensão formativa e se transformou em semicultura, na onipresença do espírito alienado, da padronização, do conformismo” (PUCCI, 1994, p. 49).

A importância da educação e da responsabilidade da escola no processo de “desbarbarização” é o terceiro aspecto destacado pelo autor. Citando Adorno (1995), ao declarar que toda educação deveria evitar que Auschwitz se repita, Pucci chama a atenção para o fato de que

(...) os germens do nazismo estão presentes no coração da sociedade capitalista moderna, não só explicitamente em seus momentos autoritários, mas especialmente nos chamados regimes democráticos, onde as mais diversas formas de autoritarismo, de preconceito, de coisificação, de alienação, de manipulação ideológica perpassam, muitas vezes de maneira inconsciente, camuflada e difusa as relações sociais de produção (PUCCI, 1994, p. 50).

A barbárie, profundamente presente nas relações dominantes, deseduca e deforma. Assim, “desbarbarizar” seria “(...) restabelecer condições de autonomia, de consciência e de liberdade do indivíduo, do sujeito, do ambiente social. E a escola tem um papel fundamental nesse processo” (PUCCI, 1994, p. 50). Mas como desenvolver esse processo por via da Educação? Pucci (1994) apresenta três possibilidades complementares: a passagem do inconsciente para o consciente; a passagem do não ciente para o ciente e a passagem do pseudociente para o ciente. O central em todo esse processo é buscar promover uma mudança social na direção de uma sociedade racional: “(...) ou seja, uma sociedade que esclareça a luta contra os irracionalismos presentes na barbárie, na violência, na injustiça social, no autoritarismo, no fetiche, no mito, etc” (PUCCI, 1994, p. 52).

Um quarto aspecto destacado pelo autor com relação às contribuições da Teoria Crítica para a Educação é **assimilar o passado como esclarecimento**, ou seja, conseguir interpretar os sinais dos irracionalismos e a história contraditória dos homens, buscando verter em indicativos para o presente as interrogações e exclamações do passado. Assim, a Educação impõe a necessidade de crítica permanente: é preciso elaborar o passado e criticar o presente, compreendendo a dimensão histórica da sociedade, para que seja possível modificar o futuro. Um último aspecto destacado pelo autor é **o papel dos intelectuais coletivos no processo de “desbarbarização”**, que se realiza não só pela educação escolar, mas por meio de várias outras atividades formativas vinculadas aos seus compromissos políticos de transformação da sociedade.

Observamos que, nessa perspectiva teórica, a educação para emancipação só pode ser uma educação eminentemente política, que vai além dos aspectos meramente técnicos e instrucionais. Adorno (1995) chama a atenção para a questão que, na sua opinião, seria a mais urgente na atualidade: a educação contra a barbárie.

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que estando a civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo particularmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma

tendência imanente que a caracteriza (ADORNO, 1995, p. 155).

Para o autor, a forma mais ameaçadora que a barbárie se reveste é a de, em nome de autoridade e poderes estabelecidos, praticarem-se atos que reforçam o impulso destrutivo e a essência mutilada da maioria das pessoas. Considera que "(...) a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência" (ADORNO, 1995, p. 183). Despertar a consciência, proporcionar experiências que permitam o esclarecimento, ou seja, o reconhecimento das situações em que os sujeitos são iludidos ou enganados na sociedade capitalista, e, ainda, propiciar experiências que reeduquem o gosto estético e permitam a compreensão histórica da sociedade são algumas das exigências de uma educação para a emancipação.

No exposto até aqui, e embasadas nos diferentes autores, defendemos a concepção de que não será exclusivamente a consciência cognitiva e racional, nem exclusivamente o inconsciente e a pulsão, que possibilitarão a transformação social, mas o trabalho constante e contínuo junto à essas duas instâncias subjetivas.

Em outras palavras, o exercício da autonomia pelo sujeito atravessa as instâncias subjetivas que, necessariamente, são constituídas pela consciência e pelo inconsciente. Dessa forma, a autonomia se constitui no aspecto subjetivo, no entrelace entre a consciência que abarca a razão e a vontade e o inconsciente que abarca a pulsão. Continuando nessa perspectiva, a autonomia se constitui no plano coletivo, ou seja, na constituição de redes sociais e instituições, a partir da autonomia subjetiva e vice-versa. No plano subjetivo, a autonomia demanda o exercício do pensamento como a arte do pensar, ou seja, a capacidade do sujeito de pensar sobre si, o outro e o entorno que o cerca. O exercício do pensamento demanda do sujeito a capacidade de assimilação, compreensão e crítica da realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exposto ao longo do texto reafirma nossa aposta que o diálogo entre as perspectivas teóricas apresentadas aqui permite vislumbrar possibilidades à compreensão e transformação do sujeito e da sua rede social. Dessa forma, seria possível almejar uma sociedade com mais autonomia e caminhar no sentido da emancipação conseguindo menos desigualdades. Em última instância, entendemos que o entrelace da psicanálise com o marxismo possibilita trabalhar, entre outros aspectos, com concepções sobre a constituição subjetiva ancoradas na consciência e no inconsciente, o que pode viabilizar estratégias pedagógicas mais críticas e passíveis de estimularem a autonomia dos sujeitos e, porventura, estimularem a proposta da emancipação social. Fazemos essa afirmação, pois a concepção de sujeito crítico diz respeito à subjetividade configurada por uma consciência capaz de conhecer, de realizar a crítica e de transformar a realidade.

Em outras palavras, o que denominamos de consciência crítica e transformadora corresponderia em nosso entender, na psicanálise, à proposta freudiana de "tornar consciente o inconsciente" e, no marxismo, a proposta de emancipação social e assunção da consciência crítica. Nesse caso, teríamos as condições para que o sujeito exerça sua autonomia e sua capacidade de pensar, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária. Desenvolver esta ideia parecer ter sido a grande contribuição dos pensadores contemporâneos para o debate.

Entendemos que não existe uma postura didática sobre essas questões no sentido de delimitar ou prescrever quais as condições podem levar um sujeito a alcançar sua autonomia; ou seja, não estamos falando em planos ou níveis estanques que delimitam as condições de funcionamento subjetivo. Entendemos que exista um imbricamento que acentua ou modera alguns aspectos a partir da sua interrelação nas experiências dos sujeitos, tais como percepção, memória, pensamentos, afetos, representações, dentre outros. O conhecimento desses aspectos, reprimidos ou não, explicitam-nos a maneira pela qual o sujeito lida com as possibilidades da autonomia e com suas relações com a dinâmica subjetiva e histórica e social.

No cenário contemporâneo, o descaso com a educação, o corte de verbas e a negligência com o funcionamento das instituições escolares, revelam não apenas o modo de operar de governos omissos com o cuidado da população, mas, antes, revelam o descaso e a

dificuldade de estimular o ato de pensar junto à população, notadamente de crianças e adolescentes. Ato que perpetua a barbárie na sociedade, ao invés de promover sua superação. Um dos aspectos fundamentais para uma educação que propicie a emancipação e a autonomia se associa à disseminação de práticas escolares como aliadas à essa construção. Nesse sentido, consideramos que o aspecto de estimular o ato do pensamento nas práticas escolares encontra-se com dificuldades de ser realizado, o que redundará na dificuldade da maioria da população em construir e exercer a autonomia.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e terra, 1995.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico: seminários 1986-1987: a criação humana I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHARLOT, Bernardi. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- FREUD, Sigmund. O estranho. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (vol. 17). Rio de Janeiro: Imago, 1919/1977, p. 273-318.
- _____. Inibição, sintoma e angústia. In: S. Freud, **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (vol. 20). Rio de Janeiro: Imago, 1926/1977, p. 95-201.
- _____. Mal-estar na civilização. In: S. Freud, **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1930/ 1977, p. 75-171.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1859/ 2000. (Os pensadores).
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 1845-1846/2007.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel**. Lusosofia Press, 1843/2008. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/marx_karl_para_a_critica_da_filosofia_do_direito_de_hegel.p df. POLITIZE – acesso em 07 de agosto de 2020. <https://www.politize.com.br/desigualdade-social/>
- PUCCI, Bruno. Teoria Crítica e Educação. In: PUCCI, Bruno. (org.) **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFISCAR, 1994.

ⁱ Sobre as autoras:

Mériti de Souza (<https://orcid.org/0000-0002-8157-7615>)

Graduação em Formação de Psicólogo pela Unesp - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1984). Mestrado em Educação pela Unicamp - Universidade Estadual de Campinas (1989). Doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). Pós-Doutorado em Psicologia no CES - Centro de Estudos Sociais - da Universidade de Coimbra, com bolsa da Capes (2005). Pós-Doutorado em Educação na Unesp (2012-2013). Foi professora e pesquisadora na Graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Unesp - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - de 1985 a 2005. Atualmente é professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina -, exercendo atividades de ensino e pesquisa. Membro do Grupo de Pesquisa Margens - modos de vida, família e relações de gênero - na UFSC. Membro do Grupo de Pesquisa LAPCIP - Laboratório de Psicanálise, processos criativos e interações políticas - na UFSC. Coordenadora do GT da Anpepp - Processos de subjetivação, clínica ampliada e sofrimento psíquico - de 2009 a 2013. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental - de 2004 a 2016. Diretora do Laboratório de Psicopatologia Fundamental da Unesp de Assis - de 1999 a 2005. Tem experiência na área de psicologia, epistemologia, psicanálise, educação, atuando principalmente nos seguintes temas: processos de subjetivação, inconsciente, diferença; violências e sofrimento psíquico; produção e transmissão do conhecimento: modernidade e pós-estruturalismo; pesquisa e metodologia em psicologia, psicanálise e educação.

Diana Carvalho de Carvalho (<https://orcid.org/0000-0002-6924-2214>)

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), doutorado em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (2014). Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Metodologia do Ensino, credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa Educação e Infância. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC no período de dezembro de 2003 a maio de 2006; coordenadora do Núcleo de Publicações do Centro de Ciências da Educação da UFSC gestão 2015 a 2017 e Coordenadora do Sub-projeto do curso de Licenciatura em Psicologia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da UFSC (PIBID/Psicologia UFSC) no período de agosto de 2010 a fevereiro de 2018. Eleita coordenadora do Grupo de Trabalho de Psicologia da Educação (GT-20) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), gestões 2013/2015 e 2016/2017. Atualmente compõe a equipe editorial da Revista Perspectiva (revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Educação e Escola (GEPIEE), cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq desde 2001, sediado na UFSC. Atua nos seguintes temas de pesquisa: educação, infância, psicologia da educação e formação de professores para os anos iniciais da escolarização.

Como citar este artigo: SOUZA, Mériti de; CARVALHO, Diana Carvalho de Carvalho. Da emancipação e da autonomia: embates atuais em torno da razão e da pulsão. Revista Educação, Cultura e Sociedade, vol. 12, n. 1, p. 03 – 12, 25ª Edição, 2022. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>

A Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR